

## Relatório da Administração

Senhores,

Atendendo às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgamos neste ato, o Relatório de Administração atrelado as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. ("Qualicorp Benefícios" ou "Companhia") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

### Apresentação

A Qualicorp Benefícios é a maior administradora brasileira de planos de saúde coletivos por adesão e outros benefícios para grupos de afinidade, definidos em função da profissão ou área de atuação, em parceria com entidades de classe. Com a escala dessa coletividade, a Qualicorp Benefícios negocia junto às operadoras, planos com condições especiais. A Companhia também presta serviços de consultoria e gestão de planos de saúde coletivos empresariais e outros benefícios para empresas nacionais e multinacionais, dos mais variados portes. A Companhia é registrada na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob o número 41717-3.

### Política de Destinação dos Lucros

A Companhia, de acordo com as disposições estatutárias, estabeleceu que do lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer outra destinação, os prejuízos acumulados. Posteriormente, o lucro líquido será:

- Distribuído na forma de dividendos mínimos obrigatórios equivalente a 1% do lucro líquido, sendo admitida a distribuição desproporcional de lucros; ou
- Retido, total ou parcial, em contas de reservas, ou capitalizado.

### Negócios Sociais e Principais Fatos Internos e/ou Externos que tiveram influência na "Performance" da Sociedade/Entidade e/ou No Resultado do Exercício

A Companhia, em linha com o atual cenário desafiador para o setor de saúde e para a economia doméstica em geral, segue focada na retenção de seus clientes, direcionando esforços não só em oferecer produtos mais acessíveis, mas também no atendimento qualificado e com soluções para pagamento e redução da inadimplência e sinistralidade.

Mesmo com todos os obstáculos, 2025 foi marcado por conquistas importantes na consolidação da Companhia e na sua estratégia de crescimento. Durante o último ano, deu-se continuidade ao processo de profissionalização, por meio do aprimoramento e implementação de melhores práticas em todos os setores da Companhia.

### Perspectivas e planos da administração para o(s) exercício(s) seguinte(s)

A Companhia priorizará uma melhor alocação de capital ao longo de 2026, com objetivo de aumentar significativamente sua geração de caixa livre através de: i) racionalização dos investimentos e incentivos aos canais; ii) austeridade nos gastos e despesas, principalmente os de caráter discricionário, com busca por maior eficiência operacional; iii) melhora no capital de giro; e iv) otimização da estrutura tributária.

### Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, recursos alocados montantes e origens dos, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde

A Companhia realizou investimentos, distribuídos em inovação e tecnologia, além de incentivos e comissionamento aos canais de vendas para distribuição de seus produtos.

## Resumo dos acordos de acionistas

O acordo de acionistas da Qualicorp Benefícios e sua controlada Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda., inclui juros sobre capital próprio e dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, distribuídos proporcionalmente à participação dos sócios no capital social da controlada, sendo, no entanto, permitida sua distribuição desproporcional à participação dos sócios no capital social mediante aprovação da unanimidade dos sócios.

Na controlada Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda. é permitida a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio mediante aprovação de sócios, representando ao menos 75% do capital social.

## Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento

A Companhia afirma que ao final do ano de 2025, detém capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 236.782 (R\$ 274.307 no consolidado), tendo capacidade financeira de cumprir com seus compromissos de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia não possui títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. A Administração manteve ao longo do ano a capacidade financeira e o curso normal das operações da Companhia, e cumpriu suas obrigações perante a agência reguladora.

## Investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício

Em 2025, a Companhia celebrou contrato para aquisição dos 25% de participação societária na Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém investimento direto na controlada Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. no montante de R\$ 219.583 e na controlada Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda. no montante de R\$ 2.968.

## Informações Complementares

Os demais itens previstos pela RN nº 528 de 2022, não foram citados, pois são inaplicáveis ou não praticados por esta Companhia, mas sempre estando em *conformidade* com as normas das ANS.



**Shape the future  
with confidence**

São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Diretores da  
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future  
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



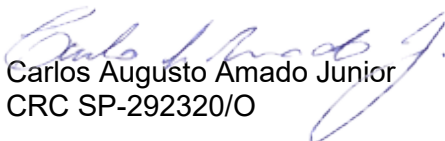
**Shape the future  
with confidence**

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda  
CRC SP-034519/O

  
Carlos Augusto Amado Junior  
CRC SP-292320/O

QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>ATIVO</b>					
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>838.680</b>	<b>816.874</b>	<b>905.090</b>	<b>885.175</b>
Disponível	7	113.838	209.259	160.412	226.371
<b>Realizável</b>		<b>724.842</b>	<b>607.615</b>	<b>744.678</b>	<b>658.804</b>
<b>Aplicações Financeiras</b>	8	<b>518.895</b>	<b>339.722</b>	<b>532.065</b>	<b>355.100</b>
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		-	-	-	-
Aplicações Livres		518.895	339.722	532.065	355.100
<b>Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</b>	9	<b>43.200</b>	<b>59.879</b>	<b>48.716</b>	<b>65.370</b>
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		43.200	57.525	48.439	63.016
Outros Créditos de Operações com Plano de Assistência à Saúde		-	2.354	277	2.354
<b>Créditos Tributários e Previdenciários</b>		<b>6.603</b>	<b>19.827</b>	<b>6.603</b>	<b>28.795</b>
<b>Bens e Títulos a Receber</b>	10	<b>148.199</b>	<b>184.064</b>	<b>149.349</b>	<b>205.355</b>
<b>Despesas Antecipadas</b>		<b>7.945</b>	<b>4.123</b>	<b>7.945</b>	<b>4.184</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>827.921</b>	<b>805.112</b>	<b>807.549</b>	<b>799.232</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>49.820</b>	<b>29.914</b>	<b>50.768</b>	<b>40.203</b>
Créditos Tributários e Previdenciários		-	-	-	8.436
Depósitos Judiciais e Fiscais		30.117	23.621	31.054	25.229
Outros Créditos a Receber e Direitos a Longo Prazo		19.703	6.293	19.714	6.538
<b>Investimentos</b>	12	<b>222.584</b>	<b>225.246</b>	<b>3.001</b>	<b>33</b>
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial		222.551	225.213	2.968	-
Participações Societárias - Operadora de Planos de Assistência à Saúde		222.551	225.213	2.968	-
Outros Investimentos		33	33	33	33
<b>Imobilizado</b>		<b>19.263</b>	<b>18.933</b>	<b>20.481</b>	<b>20.239</b>
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		7.949	236	8.061	411
<b>Intangível</b>	13	<b>536.254</b>	<b>531.019</b>	<b>733.299</b>	<b>738.757</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.666.601</b>	<b>1.621.986</b>	<b>1.712.639</b>	<b>1.684.407</b>

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>601.898</b>	<b>527.603</b>	<b>630.783</b>	<b>568.173</b>
<b>Débitos de Operações de Assistência à Saúde</b>	14	<b>268.890</b>	<b>347.801</b>	<b>300.039</b>	<b>356.135</b>
Contraprestações / Prêmios a Restituir		31.358	34.380	31.601	34.463
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		38.083	52.342	41.808	56.036
Comercialização sobre Operações		1.845	1.771	2.411	2.130
Débitos de Operações de Administração de Benefícios		197.604	257.222	224.219	261.420
Outros Débitos de operações com Planos de Assistência à Saúde		-	2.086	-	2.086
<b>Provisões</b>		<b>403</b>	<b>-</b>	<b>577</b>	<b>9.289</b>
Provisão para IR e CSLL		403	-	577	9.289
<b>Tributos e Encargos Sociais a Recolher</b>		<b>8.451</b>	<b>9.760</b>	<b>10.120</b>	<b>10.759</b>
<b>Débitos Diversos</b>	15	<b>324.154</b>	<b>170.042</b>	<b>320.047</b>	<b>191.990</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>138.717</b>	<b>194.907</b>	<b>140.021</b>	<b>199.349</b>
<b>Provisões</b>		<b>126.203</b>	<b>103.551</b>	<b>127.158</b>	<b>106.061</b>
Provisões para Tributos Diferidos		63.585	43.015	63.402	45.324
Provisões para Ações Judiciais	17	62.618	60.536	63.756	60.737
<b>Débitos Diversos</b>	15	<b>12.283</b>	<b>91.134</b>	<b>12.632</b>	<b>91.791</b>
<b>Tributos e encargos sociais a recolher</b>		<b>231</b>	<b>222</b>	<b>231</b>	<b>1.497</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>925.986</b>	<b>899.476</b>	<b>941.835</b>	<b>916.885</b>
<b>Capital Social</b>	18	<b>314.006</b>	<b>314.006</b>	<b>314.006</b>	<b>314.006</b>
<b>Capital Social a integralizar</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Reservas		611.980	585.470	611.980	585.470
<b>Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores</b>		<b>925.986</b>	<b>899.476</b>	<b>925.986</b>	<b>899.476</b>
<b>Participação dos não controladores no patrimônio líquido</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.849</b>	<b>17.409</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.666.601</b>	<b>1.621.986</b>	<b>1.712.639</b>	<b>1.684.407</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		Acumulado até 31/12/2025	Acumulado até 31/12/2024	Acumulado até 31/12/2025	Acumulado até 31/12/2024
<b>Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde</b>		<b>837.257</b>	<b>867.837</b>	<b>957.158</b>	<b>978.346</b>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		<u>896.696</u>	<u>928.844</u>	<u>1.025.011</u>	<u>1.047.171</u>
Receitas com Administração		896.696	928.844	1.025.011	1.047.171
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(59.439)	(61.007)	(67.853)	(68.825)
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>837.257</b>	<b>867.837</b>	<b>957.158</b>	<b>978.346</b>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>		<b>10.972</b>	<b>21.697</b>	<b>11.351</b>	<b>22.045</b>
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		4.825	13.309	5.202	13.657
Outras Receitas Operacionais de planos de assistência a saúde		6.147	8.388	6.149	8.388
<b>Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde</b>		<b>(258.363)</b>	<b>(260.346)</b>	<b>(293.352)</b>	<b>(295.091)</b>
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	20	(173.475)	(168.503)	(192.964)	(180.656)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	9	(84.888)	(91.843)	(100.388)	(114.435)
<b>Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora</b>		<b>(5.600)</b>	<b>(5.652)</b>	<b>(6.709)</b>	<b>(7.878)</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>584.266</b>	<b>623.536</b>	<b>668.448</b>	<b>697.422</b>
Despesas de Comercialização	20	(15.940)	(27.474)	(24.636)	(35.099)
Despesas Administrativas	20	(402.312)	(473.892)	(460.899)	(524.423)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	21	<b>(121.480)</b>	<b>(139.070)</b>	<b>(112.696)</b>	<b>(132.127)</b>
Receitas Financeiras		85.693	79.669	95.798	87.524
Despesas Financeiras		(207.173)	(218.739)	(208.494)	(219.651)
<b>Resultado Patrimonial</b>		<b>10.147</b>	<b>11.347</b>	<b>2.000</b>	<b>-</b>
Receitas Patrimoniais		12.040	11.347	2.000	-
Despesas Patrimoniais		(1.893)	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>	22	<b>54.681</b>	<b>(5.553)</b>	<b>72.217</b>	<b>5.773</b>
Imposto de Renda		(3.863)	-	(10.126)	(6.869)
Contribuição Social		(1.513)	-	(3.800)	(2.523)
<b>ATRIBUÍVEL A</b>					
Participações dos acionistas controladores		28.487	13.430	28.487	13.430
Participações dos não controladores		-	-	3.040	4.107
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>28.487</b>	<b>13.430</b>	<b>31.527</b>	<b>17.537</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado até 31/12/2025	Acumulado até 31/12/2024	Acumulado até 31/12/2025	Acumulado até 31/12/2024
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	28.487	13.430	31.527	17.537
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>28.487</b>	<b>13.430</b>	<b>31.527</b>	<b>17.537</b>
<b>ATRIBUÍDO A</b>				
Acionistas controladores	28.487	13.430	28.487	13.430
Acionistas não controladores	-	-	3.040	4.107

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Atribuível a proprietários da controladora					Participação dos não controladores		Total Consolidado
		Capital social integralizado	Reserva de capital	Reservas de lucros Legal	Outros	Lucros acumulados	Total Controladora	Participação dos não controladores	
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023</b>		<b>314.006</b>	<b>119.122</b>	<b>62.801</b>	<b>404.978</b>	-	<b>900.907</b>	<b>13.698</b>	<b>914.605</b>
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	-	13.430	13.430	4.107	17.537
Ações restritas		-	6.463	-	-	-	6.463	-	6.463
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(7.894)	(13.430)	(21.324)	-	(21.324)
Aporte de capital em controlada por minoritários		-	-	-	-	-	-	1.996	1.996
Dividendos minoritários		-	-	-	-	-	-	(2.392)	(2.392)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024</b>		<b>314.006</b>	<b>125.585</b>	<b>62.801</b>	<b>397.084</b>	-	<b>899.476</b>	<b>17.409</b>	<b>916.885</b>
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	-	28.487	28.487	3.040	31.527
Ações restritas		-	2.945	-	-	-	2.945	-	2.945
Opções outorgadas reconhecidas		-	387	-	-	-	387	-	387
Transação de capital entre sócios		-	(5.032)	-	8	-	(5.024)	(8)	(5.032)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(285)	(285)	-	(285)
Reserva de lucro		-	-	-	28.202	(28.202)	-	-	-
Dividendos minoritários		-	-	-	-	-	-	(4.592)	(4.592)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2025</b>		<b>314.006</b>	<b>123.885</b>	<b>62.801</b>	<b>425.294</b>	-	<b>925.986</b>	<b>15.849</b>	<b>941.835</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
(+) Recebimentos de planos de saúde		7.233.595	7.912.765	7.859.350	8.537.994
(+) Resgate de aplicações financeiras		1.232.587	1.428.025	1.397.368	1.573.433
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras		44.927	49.482	49.824	51.319
(+) Outros Recebimentos Operacionais		913.513	287.031	916.464	287.448
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde		(6.572.819)	(7.350.676)	(7.069.161)	(7.895.668)
(-) Pagamentos de Comissões		(4.382)	(2.121)	(18.426)	(18.365)
(-) Pagamentos de Pessoal		(104.184)	(117.972)	(116.433)	(132.533)
(-) Pagamentos de Pró-Labore		-	-	-	(230)
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros		(70.751)	(106.851)	(73.844)	(110.760)
(-) Pagamentos de Tributos		(57.512)	(59.463)	(75.582)	(75.981)
(-) Pagamentos de Contingências (Cíveis / Trabalhistas / Tributárias)		-	-	-	(70)
(-) Pagamentos de Aluguel		(4.050)	(4.297)	(4.050)	(4.571)
(-) Pagamentos de Promoção / Publicidade		(2.691)	(5.901)	(2.742)	(7.113)
(-) Aplicações Financeiras		(1.408.701)	(1.336.573)	(1.571.331)	(1.497.179)
(-) Outros Pagamentos Operacionais		(1.108.595)	(453.851)	(1.151.682)	(465.169)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>90.937</b>	<b>239.598</b>	<b>139.755</b>	<b>242.555</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>					
(+) Recebimentos de Dividendos		13.777	5.395	-	-
(-) Pagamentos de aquisição de participação em outras Eepresas		(6.000)	-	(6.000)	-
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento		-	(1.161)	-	(1.161)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>		<b>(28.468)</b>	<b>(13.634)</b>	<b>(42.511)</b>	<b>(19.272)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>					
(+) Integralização de capital social		-	-	-	1.849
(-) Pagamentos de juros e encargos sobre empréstimos / financiamentos / leasing		(154.297)	(161.333)	(155.018)	(161.333)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(157.890)</b>	<b>(179.458)</b>	<b>(163.203)</b>	<b>(178.733)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA</b>		<b>(95.421)</b>	<b>46.506</b>	<b>(65.959)</b>	<b>44.550</b>
Caixa - saldo inicial	7	209.259	162.753	226.371	181.821
Caixa - saldo final	7	113.838	209.259	160.412	226.371
Ativos livres no início do ano (*)	7	209.259	162.753	226.371	181.821
Ativos livres no fim do ano (*)	7	113.838	209.259	160.412	226.371
<b>AUMENTO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES</b>		<b>(95.421)</b>	<b>46.506</b>	<b>(65.959)</b>	<b>44.550</b>

(\*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 1 *Informações Gerais*

#### a) Contexto Operacional

A Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (“Qualicorp Benefícios” ou “Companhia”) sociedade por ações, com seu capital fechado, iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 2006, com sede no Estado de São Paulo, é uma Companhia controlada pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A (“Grupo Qualicorp” ou “Controladora”).

Em 12 de fevereiro de 2010, a Companhia recebeu autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - (“ANS”) para operar como Companhia administradora de benefícios, cujas atividades estão delimitadas conforme Resoluções Normativas (RNs) nº 195/2009 e 515/2022 da ANS.

A Companhia, sua controlada Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. e sua coligada Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda., efetuam operações de administração, estipulação de benefícios coletivos por adesão e empresarial, direcionados a entidades de classe (sindicatos, associações, conselhos regionais, órgãos públicos e etc.).

As operações são conduzidas através das empresas do Grupo Qualicorp, atuando por meio de processos integrados no mercado de benefícios, utilizando-se da mesma estrutura operacional. As sinergias dos serviços prestados conjuntamente pelas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

#### b) Principais eventos ocorridos no exercício de 2025

##### i) Aquisição de participação residual na Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda

Em 02 de maio de 2025, a Companhia celebrou contrato para aquisição dos 25% de participação societária detida por sócios minoritários. Como resultado desta transação, passou a deter 25% do capital social da Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda (vide nota explicativa nº 12).

##### ii) Plano de ações restritas

Em maio de 2025, foi realizada a entrega da 2ª tranche de Ações Restritas referentes às concessões aprovadas pela Companhia e contratadas com os beneficiários em maio de 2023 e maio de 2024, conforme os respectivos planos de outorga. As entregas ocorreram em conformidade com os prazos de vencimento estabelecidos nos contratos firmados com os participantes dos programas.

### 2 *Apresentação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas*

#### i) Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela ANS e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 528.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis -

CPC e aprovados pela ANS.

As mesmas demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

ii) Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo Qualicorp. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

Para elaboração das notas explicativas, a premissa utilizada pela Administração é a de divulgar os valores superiores a 10% do subgrupo a qual pertence, salvo se julgar necessário relatar informações relevantes, não contempladas nesta premissa.

iii) Base de consolidação

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui apenas investimentos diretos. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Os investimentos são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial e são contabilizados inicialmente ao custo, ajustado subsequentemente pelas participações da investidora nos resultados das operações e outros ganhos e perdas.

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia incluem:

Controladas diretas e coligadas	Principal atividade	País-Sede	Participação	
			31/12/2025	31/12/2024
Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda	Administração e estipulação de benefícios	Brasil	75%	75%
Uniconsult – Administradora de Benefícios e Serviços Ltda (*)	Administração e estipulação de benefícios	Brasil	25%	-

(\*) A Companhia não detém o controle desta investida, portanto, as demonstrações financeiras consolidadas não incluem tal coligada.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentado como um componente do patrimônio líquido consolidado e na demonstração do resultado consolidado na rubrica de "Participação dos acionistas não controladores".

### 3 Políticas Contábeis

As políticas contábeis materiais adotadas foram as seguintes:

#### Princípios gerais:

Os ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados.

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

#### i. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e sua controlada passam a fazer parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias, e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas informações financeiras.

Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos e aos direitos de exclusividade são reconhecidos e atualizados, quando aplicável, com base nos contratos firmados.

Os demais passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas demonstrações financeiras individuais e consolidada.

Os custos das transações diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos das transações diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 48.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações recorrentes correspondem a ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

#### a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de

principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto;

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

#### Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

#### Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações contratuais são extintas, e canceladas, quando expiram ou são liquidadas. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

#### ii. Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de "rating" de "AAA" até "BBB" no limite de 100% e de rating "BBB" até

"BBB+" no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

### iii. Aplicações financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras incluem (i) cotas em Fundo de Investimento, cujo valor de mercado não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos; e (ii) aplicações financeiras mantidas como ativo garantidor de acordo com a Resolução Normativa nº 514/22 da ANS, cujo valor de mercado das cotas não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, normativa referenciada acima encontra-se revogada pela Resolução normativa nº 569/22, que desobriga as administradoras de benefícios a manterem aplicações como ativo garantidor.

### iv. Créditos de operações com administração de benefícios, contraprestações/prêmios a restituir, receita antecipada de contraprestações/prêmios e débitos de operações com administração de benefícios.

Nas operações de administração de contratos coletivos por adesão efetuadas por conta e ordem de terceiros e nas operações de estipulação de contratos coletivos por adesão são realizadas as operações de cobrança dos beneficiários e o repasse às operadoras e seguradoras de saúde através da quitação das respectivas faturas, independentemente dos recebimentos (operações que envolvem o risco de crédito dos beneficiários para a Companhia e sua controlada), com exceção dos casos em que o risco de crédito é da seguradora/operadora de saúde.

Essas operações, com e sem risco de crédito, são contabilizadas em conta do ativo "Créditos de administração de benefícios" em contrapartida às contas de passivos de "Débitos de administração de benefícios" (valores devidos às operadoras e seguradoras) e de "Contraprestações /prêmios a restituir" (valores devidos às entidades), e contas de resultado relativos à taxa de administração e repasses financeiros.

Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo, na rubrica "Receita antecipada de contraprestações/prêmios".

Nas operações em que a Companhia assume o risco de crédito, os valores vencidos há mais de 90 dias são baixados como perdas com créditos incobráveis, quando não há expectativa de recebimento, e registrados como recuperação de crédito, quando do efetivo recebimento.

Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo, na rubrica "Receita antecipada de contraprestações/prêmios".

### v. Provisão para perdas sobre créditos

Utilizando-se de uma abordagem simplificada na mensuração de créditos de liquidação duvidosa, no reconhecimento inicial de contas a receber de clientes, as Administradoras de Benefícios do Grupo Qualicorp que assumem o risco de crédito reconhecem no resultado a provisão de perdas, calculada através do percentual de inadimplência identificado no estudo interno de inadimplência da Companhia sobre os respectivos faturamentos. Esse estudo é reavaliado anualmente a menos que ocorra uma alteração significativa no mix de operadoras/clientes ou uma alteração significativa dos prazos de cancelamentos dos clientes por débito que exija avaliação em menor prazo.

A Companhia também analisa a curva de recebimento para estimar a perda esperada para os saldos de contas a receber.

### vi. Combinação de negócios e investimentos em controladas

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou sua controlada adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica.

De acordo com a nova definição de negócio constante no item B7 revisada e atualizada no Pronunciamento Técnico CPC/15 (R1), um negócio consiste em *inputs* (entradas) e Processos que aplicados a essas entradas possuem a capacidade de contribuir para a criação de *outputs* (saídas), ou seja, as principais alterações dizem respeito à uma definição mais restrita

de saídas onde um conjunto de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input e um processo substantivo para ser um negócio.

a) Demonstrações financeiras consolidadas

Controladas

Todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle de forma direta ou indireta são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Adicionalmente a Companhia detém 25% de participação em investida não controlada.

b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia considera que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente. Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

vii. **Imobilizado**

Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros que são amortizados de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 3 ix a).

viii. **Intangível**

Está representado principalmente: (i) pelos valores dos ágios pagos nas aquisições de controladas (\*); (ii) pelos valores alocados a título de relacionamento com clientes pagos na aquisição de investimentos de controladas (\*); (iii) pela aquisição de cessão de direitos, adquiridas de terceiros; e (iv) pelas licenças de softwares e softwares em uso e em desenvolvimento, pagos a terceiros.

Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, conforme mencionado na nota explicativa nº 13.

O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 3 ix a).

(\*) Nas demonstrações financeiras individuais esses valores estão demonstrados na rubrica "Investimentos", líquidos das amortizações, impostos diferidos e baixas.

ix. Redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*)

a) Ativo imobilizado e intangível com prazo de vida útil determinados

No fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Companhia e sua controlada revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se aplicável. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

b) Ágio

O ágio (*goodwill*) é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável.

Adicionalmente, os ágios são alocados a unidade geradora de caixa Afinidades, que são avaliados para fins de *impairment* anualmente.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes.

Durante o exercício de 2025 a Companhia e sua controlada avaliaram seus ativos e não detectaram necessidade de registro

de perdas por redução ao valor recuperável. Para maiores detalhes ver a nota explicativa nº 13 a.

x. Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se um contrato de aluguel é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, que são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Os ativos de baixo valor são montantes arrendados com valor contábil inferior a R\$20.

A Companhia e sua controlada reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e sua controlada utilizam a taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

xi. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Adicionalmente, são constituídos: (i) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre diferença temporária; e (ii) créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, o montante a ser registrado do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de sua controlada e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

xii. Apuração do resultado

As receitas decorrentes da intermediação de vendas de planos de saúde e odontológicos efetuados aos beneficiários são contabilizadas quando da efetivação das vendas, que ocorrem geralmente até o mês subsequente à liquidação dos valores devidos pelas seguradoras e operadoras. As principais receitas são as seguintes:

- Contraprestação/Prêmios a restituir: corresponde à remuneração mensal devida pelas operadoras e seguradoras, relativos aos serviços de estipulação do seguro ou contratação dos planos assistenciais, os quais são apropriados e recebidos mensalmente.

- Receita de taxa de administração: corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão.

#### xiii. Provisões para ações judiciais

As provisões para riscos tributários e trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Companhia, avalia que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa é provável, quando a saída de recursos para a liquidação das obrigações é inevitável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, onde os montantes são registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

Já as provisões cíveis relacionadas a processos massificados (ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante), são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 24 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos, bem como as taxas de perda, onde através desse novo modelo foi possível concluir que o mesmo:

- Prove previsibilidade e confiança nos números jurídicos;
- Aprimora o controle de desempenho;
- Elimina erros contábeis e mitiga riscos;
- Uniformiza procedimentos, critérios e estimativas. Internaliza a inteligência do provisionamento;
- Gera independência na gestão interna dos processos judiciais. Contribui para cultura analítica;
- Reduz atividades operacionais a rotina do contencioso cível;

#### xiv. Participações sobre o lucro e ações e ações restritas

As remunerações a empregados e administradores que não forem definidas em virtude, direta e proporcionalmente, do lucro da Companhia e sua controlada são classificadas como custo ou despesa operacional. A Companhia e sua controlada, com base nessas determinações, adotam os seguintes procedimentos: (i) classificam as despesas de participações de administradores e empregados em despesas administrativas; e (ii) efetuam o cálculo, a alocação proporcional para cada controlada e a contabilização, em despesas administrativas, de todos os custos estimados ações restritas outorgadas aos contratos de pagamento baseados em ações existentes (nota explicativa nº 19). A contabilização dessas despesas administrativas é em contrapartida à conta "Reserva de capital - opções outorgadas de ações".

#### Plano de ações restritas:

O valor justo do plano de outorga de compra de ações restritas é reconhecido em despesas administrativas com correspondente ajuste no patrimônio líquido. O valor é devido aos participantes anualmente, ressalvado alguma deliberação diferente do Conselho de Administração de sua controladora, na proporção de 25% a 33% das ações, na data de cada aniversário de celebração do contrato; O total de ações destinadas ao programa não pode ultrapassar 4% do total de ações de sua controladora, as quais podem ser exercidas mediante emissão de novas ações do capital social ou mediante alienação de ações mantidas em tesouraria de sua controladora. O prazo máximo para o exercício das ações outorgadas é até cinco anos contados da data da assinatura do contrato de opção. As ações poderão ser entregues como parte do pagamento da participação dos resultados e lucros de sua controladora; e o preço de exercício das ações restritas será o preço de cotação de mercado de cada ação restrita na B3 S. A. no dia útil imediatamente anterior a respectiva data de outorga.

#### xv. Contabilização dos dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia e de sua controlada que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante (vide nota explicativa nº 18), por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas antes da data de

autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, é registrada no patrimônio líquido.

#### 4 Estimativas, Julgamentos e premissas contábeis significativas

Na aplicação das práticas contábeis da Companhia e sua controlada descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Companhia e sua controlada e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que estas entendem como razoáveis e relevantes.

A Companhia e sua controlada adotam premissas e fazem estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia e sua controlada formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de sua controlada adotaram as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

a) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia anualmente testa os saldos de ágio por *impairment*, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 3 ix b e premissas na nota explicativa nº 13. Os valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculo efetuado conforme estimativas descritas na nota explicativa nº 13. Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1% maior que as estimativas da administração, passaria de 14,9% para 15,9% e continuaria não havendo perda a ser reconhecida.

b) Provisão para riscos cíveis

As provisões para riscos cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 24 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos. O desempenho histórico está atrelado aos processos ativos x pagamentos utilizados, que pode de forma sazonal, aumentar ou diminuir a provisão. Caso a variação fosse de 10% teria um acréscimo ou redução na provisão no valor de R\$5.185 no consolidado (R\$4.666 no consolidado de 31 de dezembro de 2024).

c) Opções para aquisição de participação de não controladores

A Companhia revisa anualmente as estimativas dos passivos de opção para aquisição de participação de não controladores a valor justo com base em projeções de resultado descontados a valor presente por uma taxa de desconto. Se as projeções de resultado fossem 10% maiores, então o passivo aumentaria em R\$9.099 (R\$7.763 em 31 de dezembro de 2024).

d) Provisão para perdas esperadas de contas a receber de clientes

Calculada através de um percentual identificado em estudo interno da Empresa sobre os respectivos faturamentos, que considera uma média ponderada de inadimplência histórica dos últimos 24 meses.

Em 31/12/2025 percentual médio ponderado aplicado é de 0,98% (mesmo percentual em 31/12/2024).

## 5 Instrumentos Financeiros

### a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado
<b>Ativos financeiros:</b>				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	113.264	-	196.908
Aplicações financeiras	-	518.895	-	339.722
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	43.200	-	57.525	-
Outros créditos de operações com plano de assistência à saúde	-	-	2.354	-
Bens e títulos a receber	148.199	-	184.064	-
Depósitos judiciais e fiscais	30.117	-	23.621	-
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>221.516</b>	<b>632.159</b>	<b>267.564</b>	<b>536.630</b>
<b>Passivos financeiros:</b>				
Débitos de operações de administração de Benefícios	197.604	-	257.222	-
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	38.083	-	52.342	-
Contraprestações / prêmios a restituir	31.358	-	34.380	-
Comercialização sobre operações	1.845	-	1.771	-
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	-	-	2.086	-
Opção para aquisição de participação de não controladores	-	90.993	-	77.630
Débitos diversos - circulante e não circulante	245.444	-	183.546	-
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>514.334</b>	<b>90.993</b>	<b>531.347</b>	<b>77.630</b>

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado
<b>Ativos financeiros:</b>				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	157.732	-	213.678
Aplicações financeiras	-	532.065	-	355.100
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	48.439	-	63.016	-
Outros créditos de operações com plano de assistência à saúde	277	-	2.354	-
Bens e títulos a receber	149.349	-	205.355	-
Depósitos judiciais e fiscais	31.054	-	25.229	-
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>229.119</b>	<b>689.797</b>	<b>295.954</b>	<b>568.778</b>
<b>Passivos financeiros:</b>				
Débitos de operações de administração de benefícios	224.219	-	261.420	-
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	41.808	-	56.036	-
Contraprestações / prêmios a restituir	31.601	-	34.463	-
Comercialização sobre operações	2.411	-	2.130	-
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	-	-	2.086	-
Opção para aquisição de participação de não controladores	-	90.993	-	77.630
Débitos diversos - circulante e não circulante	241.686	-	206.151	-
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>541.725</b>	<b>90.993</b>	<b>562.286</b>	<b>77.630</b>

Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos níveis, com base no grau observável do valor justo, em que as mensurações são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos equivalentes.

- Mensurações de valor justo de nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	31/12/2025		31/12/2024	
	Nível 1	Nível 3	Nível 1	Nível 3
<b>Controladora</b>				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	113.264	-	196.908	-
Aplicações financeiras	518.895	-	339.722	-
Débitos diversos – passivo circulante e não circulante - opções de compra para aquisição de participação de não controladores	-	90.993	-	77.630
<b>Consolidado</b>				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	157.732	-	213.678	-
Aplicações financeiras	532.065	-	355.100	-
Débitos diversos – passivo não circulante e não circulante - opções de compra para aquisição de participação de não controladores	-	90.993	-	77.630

Durante o período, não ocorreram transferências entre níveis. O valor contábil dos demais ativos e passivos financeiros é próximo ao seu valor justo.

Reconciliação das mensurações de valor justo de Nível 3 dos passivos financeiros

	Valor justo por meio do resultado
<b>Controladora e consolidado</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	77.630
Atualização a valor justo	13.363
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>90.993</b>

	Valor justo por meio do resultado
<b>Controladora e consolidado</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	55.960
Atualização a valor justo	21.670
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>77.630</b>

A Companhia tem compromissos contratados através de opção de compra de participações de não controladores relativos à aquisição da Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda.

A determinação do valor de compra da participação de não controladores é determinada substancialmente através de múltiplos de Faturamento, ambos para o período de 12 meses que antecederem o exercício da opção. Esse passivo é mensurado com base no valor justo das participações de não controladores e estimado com a aplicação de uma abordagem do fluxo de caixa descontado.

b) Gerenciamento dos principais riscos

A Companhia efetua operações de estipulação e administração de benefícios e de planos de saúde, inclusive autogestões, corretagens e consultoria, por intermédio de sua controlada diretas, basicamente nos segmentos de seguro-saúde e de planos de saúde suplementar e odontológicos.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia e de sua controlada são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas.

A Companhia e sua controlada possuem controles internos que garantem que essas políticas e estratégias sejam cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração.

Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade de a Companhia ter que arcar com o pagamento das faturas das operadoras/seguradoras decorrentes das parcelas dos planos/seguros vencidos não pagos pelos beneficiários.

Para mitigar este risco, a Companhia e sua controlada adotam como prática comercial o cancelamento dos beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual, sendo cancelados com 30 dias de inadimplência da data do vencimento da mensalidade. A metodologia de apuração da provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 3.v.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e sua controlada virem a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

A Companhia realiza rateio de juros das debêntures junto com sua investidora na proporção de 60% para a Companhia e 40% para a investidora, as debêntures são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI "over" expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (B3), acrescida de "spread" entre 1,85% a 3,5% ao ano para as debêntures. Para maiores detalhes ver nota explicativa nº 11.

Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Companhia é de 30 dias, a Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, que estão assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativos e passivos financeiros:</b>				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	113.264	196.908	157.732	213.678
Aplicações financeiras vinculadas	518.895	339.722	532.065	355.100
<b>Total de exposição líquida</b>	<b>632.159</b>	<b>536.630</b>	<b>689.797</b>	<b>568.778</b>

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, conforme descrito nas notas explicativas nº 7 e 8.

#### Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e disponível.

Em 31 de dezembro de 2025, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o lucro do exercício aumentaria/diminuiria em R\$5.908.

#### Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (como a Empresa não apresenta saldos de empréstimos e financiamentos, o endividamento líquido é representado pelo caixa e saldos de bancos detalhados na nota explicativa nº 7 e pelo patrimônio líquido na nota explicativa nº 18.

A Companhia e sua controlada estão sujeitas a requerimentos de manutenção de recursos próprios mínimos, conforme determinação da ANS através da RN nº 569, de 19 de dezembro de 2022, que estabelece um capital regulatório exigido. Este é definido pelo maior valor entre o Capital Base e o Capital Baseado em Risco, sendo que ambos devem ser inferiores ao patrimônio líquido ajustado ("PLA") por efeitos econômicos.

Abaixo demonstramos o patrimônio líquido ajustado por entidade calculado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os quais estão enquadrados à respectiva Resolução Normativa:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Qualicorp Benefícios	Plural	Qualicorp Benefícios	Plural
PLA	159.237	40.192	139.128	24.956
Capital baseado em risco	106.046	10.145	100.221	10.726

### Risco de liquidez

Considerando as atividades da Companhia, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos.

A Companhia e sua controlada elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

	Consolidado		
	Menos de seis meses	De um ano a dois anos	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>			
Débitos de operações de administração de benefícios	224.219	-	224.219
Receita antecipada de contraprestações / prêmios	41.808	-	41.808
Contraprestações / prêmios a restituir	31.601	-	31.601
Comercialização sobre operações	2.411	-	2.411
Débitos diversos	320.047	12.632	332.679
<b>Total</b>	<b>620.086</b>	<b>12.632</b>	<b>632.718</b>

## 6 Adoção de Normas de Contabilidade Novas e Revisadas

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que estão em vigor:

A Companhia e sua controlada iniciam o exercício 2025 com alteração de normas que passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2025, conforme a seguir:

Normas	Descrição da alteração
CPC18 e ICPC 09	<p>O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao CPC 18 (R3) Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB. As mudanças incluem a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, harmonizando as práticas contábeis no Brasil com as internacionais.</p> <p>Além disso, a ICPC 09 foi atualizada para alinhar sua redação às mudanças ocorridas após sua emissão. As alterações entram em vigor em 1º de janeiro de 2025. Após avaliação, concluímos que não houve impactos para a Empresa, pois atualmente aplicamos o método MEP na mensuração dos nossos investimentos.</p>
CPC 02	<p>O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que incorpora alterações trazidas pelo "Lack of Exchangeability" emitido pelo IASB. Essas alterações impactam o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio.</p> <p>As mudanças visam definir o conceito de moeda conversível e orientar sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a</p>

Normas	Descrição da alteração
	<p>entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.</p> <p>O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações entram em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Empresa concluiu que não houve impactos devidos a essa mudança.</p>

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

CPC 26	<p>Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Substitui o CPC 26/ IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras a partir de 1º de janeiro de 2027, com o objetivo de melhorar a qualidade das divulgações financeiras, através da (i) apresentação de subtotais definidos para as demonstrações de resultados do exercício, segregando receitas e despesas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, operações descontinuadas e imposto de renda; (ii) divulgações sobre <i>Management-defined Performance Measures</i> (MPM), ou medidas de desempenho definidas pela Administração, para prover transparência; (iii) e requisitos aprimorados para agregação e desagregação, com a finalidade de fornecer informações úteis. Tais mudanças impactarão a apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa, cujo ponto de partida será o lucro operacional. A Empresa está avaliando os impactos do novo padrão e irá adequar suas divulgações no período de exigibilidade desta norma.</p>
IFRS 19	<p>Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: a nova norma, publicada pelo <i>International Accounting Standards Board (IASB)</i>, simplifica e reduz os custos dos relatórios financeiros das subsidiárias que não têm obrigação pública de divulgação. A norma permite que essas subsidiárias apliquem as normas contábeis IFRS com requisitos de divulgação reduzidos, mantendo a utilidade das demonstrações financeiras. A IFRS 19 entra em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Empresa está avaliando os impactos desta norma e irá adequar seus requisitos de divulgação no período de exigibilidade desta norma pela ANS.</p>
Lei complementar 214 de 16 de janeiro de 2025.	<p>A Empresa vem acompanhando as alterações no sistema tributário nacional introduzidas pela LC nº 214/2025, especialmente no que se refere à substituição dos tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI) pelos novos tributos sobre o valor agregado, denominados Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em nível estadual/municipal e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) em nível federal. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Em razão da necessidade de regulamentação de determinados temas por lei complementar, os impactos da Reforma Tributária somente serão plenamente conhecidos após a finalização do processo de regulamentação. A Empresa continua monitorando a evolução da legislação para avaliar tempestivamente seus efeitos.</p>

## 7 Disponível

Saldos de caixa e equivalentes de caixa são apresentados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Operações compromissadas (a)	74.654	157.432	113.191	164.142
Certificados de depósitos bancários – CDBs (b)	38.610	39.476	44.541	49.536
Bancos conta depósito - movimento - país	571	12.348	2.677	12.690
Caixa	3	3	3	3
<b>Total</b>	<b>113.838</b>	<b>209.259</b>	<b>160.412</b>	<b>226.371</b>

- a) Referem-se às operações compromissadas com lastro em debêntures, com liquidez imediata. A remuneração é com base na taxa DI de 94% a 95%.
- b) Esses instrumentos financeiros são atualizados com base na taxa de 94% a 102% do CDI e estão custodiados na B3 CETIP.

## 8 Aplicações Financeiras

Saldos de aplicações financeiras são apresentados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cotas de fundos de investimentos (a)	518.895	339.722	532.065	355.100
<b>Total</b>	<b>518.895</b>	<b>339.722</b>	<b>532.065</b>	<b>355.100</b>

- a) Trata-se de aplicação financeira mantida em fundo de investimento, o valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa, apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos.

## 9 Créditos de Operações Com Planos de Assistência à Saúde

Saldos de créditos de operações com planos de assistência à saúde, são apresentados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios e plano de saúde a repassar - c/ risco de inadimplência (a)	60.338	69.272	71.325	79.093
Outros créditos de operações com plano de assistência à saúde	-	2.354	277	2.354
(-) Perda esperada	(17.138)	(11.747)	(22.886)	(16.077)
<b>Total</b>	<b>43.200</b>	<b>59.879</b>	<b>48.716</b>	<b>65.370</b>

- a) Refere-se a valores a receber de beneficiários, cujos montantes das correspondentes faturas de planos de saúde ou apólices de seguro foram/serão pagos às operadoras ou seguradoras pela Companhia nos respectivos vencimentos das faturas.

O resumo por idade dos créditos a receber é:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	2.143	37.654	3.157	38.246
Vencidos:				
Até 30 dias	38.518	25.662	45.810	32.737
De 31 a 60 dias	12.116	8.310	14.163	10.464
Acima de 61 dias	7.561	-	8.472	-
(-) Perda esperada (*)	(17.138)	(11.747)	(22.886)	(16.077)
<b>Total</b>	<b>43.200</b>	<b>59.879</b>	<b>48.716</b>	<b>65.370</b>

(\*) A movimentação da provisão para perdas esperada (resultado) é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão (reversão) de perdas esperadas	5.391	(260)	6.809	231
Perdas efetivas	79.497	92.103	93.579	114.204
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>84.888</b>	<b>91.843</b>	<b>100.388</b>	<b>114.435</b>

## 10 Bens e Títulos a Receber

Saldos de bens e títulos a receber, são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>				
Valores a receber - operadoras/seguradoras (a)	75.455	155.757	75.455	165.966
Adiantamentos de repasse de contratos	18.319	15.559	18.368	17.262
Operações <i>intercompany</i> (b)	49.115	6.809	45.787	6.811
Adiantamentos a fornecedores	2.951	3.863	7.151	12.897
Outros ativos circulantes	2.359	2.076	2.588	2.419
<b>Total</b>	<b>148.199</b>	<b>184.064</b>	<b>149.349</b>	<b>205.355</b>

- a) Referem-se, basicamente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários que constam no sistema/controles internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em período subsequente, após o processamento das movimentações enviadas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e sua controlada possuem saldo de R\$ 100.677 (R\$ 222.895 em 31 de dezembro de 2024) para os quais foi constituída uma provisão para perda no valor de R\$ 25.222 (R\$ 56.929 em 31 de dezembro de 2024) referente a prêmios repassados para as operadoras e seguradoras de saúde (vide processo de riscos de créditos mencionado na nota explicativa nº 5 b).
- b) Vide nota explicativa nº 11.

## 11 Partes Relacionadas

Os saldos de partes relacionadas, no ativo e passivo circulantes e não circulantes, são compostos conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Contas a receber</b>				
Operações <i>intercompany</i> (i)	49.115	6.809	45.787	6.811
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>49.115</b>	<b>6.809</b>	<b>45.787</b>	<b>6.811</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>49.115</b>	<b>6.809</b>	<b>45.787</b>	<b>6.811</b>
<b>Contas a pagar</b>				
Operações <i>intercompany</i> (ii)	104.627	23.051	89.946	23.743
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>104.627</b>	<b>23.051</b>	<b>89.946</b>	<b>23.743</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>104.627</b>	<b>23.051</b>	<b>89.946</b>	<b>23.743</b>

- (i) Refere-se a valores de rateio de serviços corporativos a receber da controlada Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. e de adiantamentos de rateio de juros de debêntures com a controladora Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. a compensar dos respectivos débitos.
- (ii) Refere-se a valores de rateio de comissões, juros sobre debêntures, serviços corporativos, custo de captação de debêntures e serviços de boletagem a pagar para a controladora Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

As movimentações de partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 nas receitas e despesas, são compostas conforme segue:

	31/12/2025				
	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda	Qualicorp Administração e Serviços Ltda	Total
Comissões (i)	(85.491)	85.491	-	-	-
Juros sobre debêntures (ii)	(154.297)	154.297	-	-	-
Serviços corporativos e rateios (iii)	(64.330)	65.391	(1.061)	-	-
Custos de captação de debêntures (iv)	(2.750)	2.750	-	-	-
Serviços de boletagem	(33)	-	-	33	-
<b>Total</b>	<b>(306.901)</b>	<b>307.929</b>	<b>(1.061)</b>	<b>33</b>	<b>-</b>

	31/12/2024					
	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	CRC Connectmed	Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda	Qualicorp Administração e Serviços Ltda	Total
Comissões (i)	(158.416)	158.416	-	-	-	-
Juros sobre debêntures (ii)	(154.002)	154.002	-	-	-	-
Serviços corporativos e rateios (iii)	(67.354)	67.510	-	(156)	-	-
Custos de captação de debêntures (iv)	(2.588)	2.588	-	-	-	-
Serviços de boletagem	(218)	-	-	-	218	-
Serviços de aceite técnico	(32)	-	32	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(382.610)</b>	<b>382.516</b>	<b>32</b>	<b>(156)</b>	<b>218</b>	<b>-</b>

(i) Rateio de comissões pactuado entre a Companhia e sua controladora referente a manutenção dos clientes para o pós-vendas, cujo desembolso é realizado totalmente pela controladora.

(ii) Rateio de juros sobre debêntures entre a Companhia e sua controladora.

(iii) Concentra todas as atividades de serviços corporativos que atendem às empresas do Grupo Qualicorp (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação), cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas operacionais do Grupo.

(iv) Rateio de custos de captação de debêntures entre a Companhia e sua controladora.

A remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo os diretores, paga ou a pagar, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Contas a pagar	Despesas	Contas a pagar	Despesas
Remuneração de curto prazo a administradores (*)	164	5.364	389	8.010
Remuneração baseada em ações	-	2.650	-	2.650
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>164</b>	<b>8.014</b>	<b>389</b>	<b>10.660</b>

	Controladora		Consolidado	
	Contas a pagar	Despesas	Contas a pagar	Despesas
Remuneração de curto prazo a administradores (*)	129	3.959	361	6.535
Remuneração baseada em ações	-	7.939	-	7.939
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>129</b>	<b>11.898</b>	<b>361</b>	<b>14.474</b>

(\*) A despesa com remuneração, para os diretores e empregados, é constituída de parte fixa e variável, com base em performance e metas globais anuais.

## 12 Investimentos

Os saldos de investimentos são compostos conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Participações societárias:</b>				
Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda	219.583	225.213	-	-
Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda	2.968	-	2.968	-
<b>Total de participações societárias</b>	<b>222.551</b>	<b>225.213</b>	<b>2.968</b>	<b>-</b>
Outros investimentos:	33	33	33	33
<b>Total outros investimentos</b>	<b>33</b>	<b>33</b>	<b>33</b>	<b>33</b>
<b>Total dos investimentos</b>	<b>222.584</b>	<b>225.246</b>	<b>3.001</b>	<b>33</b>

Composição e movimentação dos investimentos em controladas

	Controladora	
	Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda	Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda
<b>Informações sobre as investidas em 31 de dezembro de 2025:</b>		
Capital social	23.340	150
Patrimônio Líquido	63.395	11.873
Lucro (prejuízo) do exercício	12.161	8.871
<b>Informações sobre os investimentos:</b>		
Quantidade de cotas	1.750.500	38
Participação - %	75%	25%
<b>Movimentação do investimento:</b>		
<b>Total do investimento em 31 de dezembro de 2024:</b>	<b>225.213</b>	<b>-</b>
Aquisição de participação societária	-	968
Recebimento de dividendos	(13.777)	-
Equivalência patrimonial	8.147	2.000
Equivalência patrimonial sobre participações societárias	9.121	2.000
Amortização do intangível (i)	(1.476)	-
IR/CS diferido sobre amortização do intangível	502	-
<b>Total do investimento recomposto em 31 de dezembro de 2025:</b>	<b>219.583</b>	<b>2.968</b>

(i) Refere-se à amortização dos intangíveis referentes a relacionamento de clientes, marcas e contrato de não competição.

### 13 Intangível

Ativos intangíveis estão compostos como segue:

	Taxa anual de amortização - %	Controladora			Consolidado		
		Custo	Amortização Acumulada	Saldo em 31/12/2025	Custo	Amortização Acumulada	Saldo em 31/12/2025
Aliança Administradora de Benefícios SA, incorporada		249.420	-	<b>249.420</b>	249.420	-	<b>249.420</b>
Grupo Padrão, incorporada		136.653	-	<b>136.653</b>	136.653	-	<b>136.653</b>
Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda		-	-	-	168.528	-	<b>168.528</b>
Elo Administradora de Benefícios Ltda, incorporada		66.550	-	<b>66.550</b>	66.550	-	<b>66.550</b>
<b>Total de ágio</b>		<b>452.623</b>	-	<b>452.623</b>	<b>621.151</b>	-	<b>621.151</b>
Aquisições de cessão de direitos	20	267.492	(259.334)	<b>8.158</b>	279.999	(265.674)	<b>14.325</b>
Softwares e softwares em desenvolvimento	20	299.760	(245.264)	<b>54.496</b>	300.263	(245.612)	<b>54.651</b>
Direito de exclusividade	20	80.483	(59.942)	<b>20.541</b>	84.483	(61.941)	<b>22.542</b>
Marcas e patentes	20	187	(187)	-	1.149	(1.149)	-
Acordo de não competição	16,5	4.609	(4.429)	<b>180</b>	5.309	(4.663)	<b>646</b>
Comissão de obtensões de vendas	40,8	18.031	(17.775)	<b>256</b>	83.092	(63.108)	<b>19.984</b>
<b>Total outros ativos intangíveis</b>		<b>670.562</b>	<b>(586.931)</b>	<b>83.631</b>	<b>754.295</b>	<b>(642.147)</b>	<b>112.148</b>
<b>Total do intangível</b>		<b>1.123.185</b>	<b>(586.931)</b>	<b>536.254</b>	<b>1.375.446</b>	<b>(642.147)</b>	<b>733.299</b>

A seguir estão detalhadas as movimentações ocorridas nos ativos intangíveis:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2024	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Ágio	621.151	-	-	621.151
Aquisições de cessão de direitos	21.041	3.935	(10.651)	14.325
Softwares e softwares em desenvolvimento	54.716	13.885	(13.950)	54.651
Direito de exclusividade	13.041	16.099	(6.598)	22.542
Marcas e patentes	193	-	(193)	-
Acordo de não competição	1.137	-	(491)	646
Comissão de Obtenções de Vendas (a)	27.478	13.195	(20.689)	19.984
<b>Total outros ativos intangíveis</b>	<b>738.757</b>	<b>47.114</b>	<b>(52.572)</b>	<b>733.299</b>

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2024	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Ágio	452.623	-	-	452.623
Aquisições de cessão de direitos	13.298	3.937	(9.077)	8.158
Softwares e softwares em desenvolvimento	54.579	13.621	(13.704)	54.496
Direito de exclusividade	10.041	16.099	(5.599)	20.541
Acordo de não competição	216	-	(36)	180
Comissão de Obtenções de Vendas (a)	262	239	(245)	256
<b>Total outros ativos intangíveis</b>	<b>531.019</b>	<b>33.896</b>	<b>(28.661)</b>	<b>536.254</b>

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Ágio	621.151	-	-	-	621.151
Aquisições de cessão de direitos	34.035	-	(12.994)	-	21.041
Softwares e softwares em desenvolvimento	46.788	17.380	(9.292)	(160)	54.716
Direito de exclusividade	19.390	200	(6.549)	-	13.041
Marcas e patentes	385	-	(192)	-	193
Acordo de não competição	695	700	(258)	-	1.137
Comissão de obtenções de vendas (a)	30.449	23.587	(26.235)	(323)	27.478
<b>Total outros ativos intangíveis</b>	<b>752.893</b>	<b>41.867</b>	<b>(55.520)</b>	<b>(483)</b>	<b>738.757</b>

	Controladora				Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Incorporação de controlada	Baixas	
Ágio	452.623	-	-	-	452.623
Aquisições de cessão de direitos	24.718	-	(11.420)	-	13.298
Softwares e softwares em desenvolvimento	46.788	17.143	(9.192)	(160)	54.579
Direito de exclusividade	15.390	200	(5.549)	-	10.041
Acordo de não competição	253	-	(37)	-	216
Comissão de obtenções de vendas (a)	1.601	5	(1.344)	-	262
<b>Total outros ativos intangíveis</b>	<b>541.373</b>	<b>17.348</b>	<b>(27.542)</b>	<b>(160)</b>	<b>531.019</b>

a) Refere-se a comissão de obtenção de novos contratos com clientes

Teste de perda por redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01, os ágios das empresas adquiridas e demais intangíveis devem ser submetidos ao teste de "impairment", no mínimo, anualmente. A Companhia efetuou esse teste para todas as aquisições de investimentos e intangíveis realizadas até 31 de dezembro de 2025. O teste foi baseado no valor recuperável das unidades geradoras de caixas, apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa baseado nas projeções financeiras aprovadas pela Administração.

	PREMISSAS UGC ADESÃO
<b>Receitas</b>	Para o exercício de 2026 as análises se basearam, principalmente, no orçamento da Companhia. Para os demais anos foram considerados premissas macroeconômicas e de mercado de acordo com o plano de longo prazo da Companhia.
<b>Despesas</b>	Para o exercício de 2026 as análises se basearam, principalmente, nos orçamentos da Companhia. Para os demais anos, as despesas fixas foram reajustadas em função dos índices de inflação projetados para o período, tais como folha, serviços de terceiros, ocupação, entre outros; também levando em consideração o plano estratégico de longo prazo da Companhia para gestão de despesas.
<b>Taxa de desconto</b>	Os fluxos de caixa foram descontados com taxa de 14,2% a.a. antes dos impostos e taxa de 12,1% a.a. após impostos levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC).
<b>Perpetuidade</b>	A Companhia considerou um crescimento nominal de 5% ao ano no período perpétuo correspondente a inflação de longo prazo.
<b>Fontes</b>	O trabalho foi realizado com base em fontes de informações econômicas, publicadas pelo Banco Central do Brasil, IPEA, Bloomberg e demais Bancos (Itaú, Bradesco, BTG e Santander) informações operacionais da Companhia, além das informações financeiras publicadas por ela.

## 14 Débitos de Operações de Assistência à Saúde

Débitos de operações de assistência à saúde, estão compostos como segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios e planos de saúde a repassar (a)	197.604	257.222	224.219	261.420
Contraprestações / prêmios a restituir	31.358	34.380	31.601	34.463
Receita antecipada de contraprestações / prêmios	38.083	52.342	41.808	56.036
Comercialização sobre operações	1.845	1.771	2.411	2.130
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	-	2.086	-	2.086
<b>Total</b>	<b>268.890</b>	<b>347.801</b>	<b>300.039</b>	<b>356.135</b>

- a) Referem-se às faturas de planos e seguro-saúde, a serem pagas às seguradoras/operadoras no vencimento das faturas independentemente do recebimento por parte dos beneficiários.

## 15 Débitos Diversos

Os saldos de débitos diversos, nos passivos circulante e não circulante, são compostos conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivo circulante:</b>				
Valores a repassar - seguradoras/operadoras (a)	83.177	109.154	86.404	119.595
Reembolso de despesas a pagar (b)	104.627	23.051	89.946	23.743
Opção de compra (d)	90.993	-	90.993	-
Obrigação com pessoal	11.101	10.693	12.294	11.967
Fornecedores diversos	10.908	8.314	12.215	10.788
Depósitos não identificados	3.835	3.478	5.541	7.613
Arrendamento a pagar (c)	1.990	1.234	2.814	1.746
Aquisição de intangível a pagar	1.621	4.791	1.621	4.791
Seguros a pagar	7.480	-	7.480	-
Dividendos a pagar	285	-	285	1.849
Devolução beneficiário (RN412)	-	742	-	742
Outros	8.137	8.585	10.454	9.156
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>324.154</b>	<b>170.042</b>	<b>320.047</b>	<b>191.990</b>
<b>Passivo não circulante:</b>				
Arrendamento a pagar (c)	12.283	13.337	12.632	13.994
Opção de compra (d)	-	77.630	-	77.630
Outros	-	167	-	167
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>12.283</b>	<b>91.134</b>	<b>12.632</b>	<b>91.791</b>
<b>Total geral</b>	<b>336.437</b>	<b>261.176</b>	<b>332.679</b>	<b>283.781</b>

- a) Referem-se, substancialmente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários constantes no sistema/controles internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em períodos subsequentes, após o processamento das movimentações enviadas pela Companhia
- b) Refere-se a valores de partes relacionadas, vide nota explicativa nº 11.

- c) Refere-se ao valor de arrendamento a pagar, vide nota explicativa nº 16.
- d) Valor justo da opção de compra relativa a participação dos acionistas minoritários da controlada Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda.

## 16 Arrendamentos

- a) Direito de Uso

Em 31 de dezembro de 2025 a movimentação no período é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>12.044</b>	<b>6.438</b>	<b>13.175</b>	<b>7.009</b>
Adição direito de uso (novos contratos)	-	13.186	476	13.186
Remensuração de arrendamento	1.267	143	1.305	1.534
Amortização no período	(1.997)	(4.644)	(2.536)	(5.335)
Baixa de arrendamentos	-	(3.079)	-	(3.219)
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>11.314</b>	<b>12.044</b>	<b>12.420</b>	<b>13.175</b>

- b) Arrendamentos a Pagar

Em 31 de dezembro de 2025 a movimentação no período é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>14.571</b>	<b>7.204</b>	<b>15.740</b>	<b>7.783</b>
Adição direito de uso (novos contratos)	-	13.186	476	13.186
Juros apropriados no período	2.028	1.899	2.090	2.008
Remensuração de arrendamento	1.267	143	1.305	1.534
Pagamentos realizados	(3.593)	(4.123)	(4.165)	(4.888)
Baixa de arrendamentos	-	(3.738)	-	(3.883)
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>14.273</b>	<b>14.571</b>	<b>15.446</b>	<b>15.740</b>
Passivo circulante	1.990	1.234	2.814	1.746
Passivo não circulante	12.283	13.337	12.632	13.994

## 17 Provisão Para Ações Judiciais

Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia e sua controlada estão expostas aos riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, tributárias e de sinistralidade, para as quais, com base na opinião e estimativas da Administração foram constituídas provisões conforme quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis (a)	51.235	46.454	51.851	46.655
Regulatório - ANS (b)	10.457	8.831	10.487	8.831
Trabalhistas e previdenciárias (c)	353	3.035	353	3.035
Tributárias (d)	573	2.216	1.065	2.216
<b>Total</b>	<b>62.618</b>	<b>60.536</b>	<b>63.756</b>	<b>60.737</b>

O quadro a seguir apresenta a movimentação dessas provisões para os períodos indicados:

	Controladora			
	31/12/2024	Adições	Reversões	31/12/2025
Cíveis (a)	46.454	11.726	(6.945)	51.235
Regulatório - ANS (b)	8.831	8.142	(6.516)	10.457
Trabalhistas e previdenciárias (c)	3.035	350	(3.032)	353
Tributárias (d)	2.216	35	(1.678)	573
<b>Total</b>	<b>60.536</b>	<b>20.253</b>	<b>(18.171)</b>	<b>62.618</b>

	Controladora			
	31/12/2023	Adições	Reversões	31/12/2024
Cíveis (a)	43.840	11.285	(8.671)	46.454
Regulatório - ANS (b)	8.962	1.275	(1.406)	8.831
Trabalhistas e previdenciárias (c)	2.905	380	(250)	3.035
Tributárias (d)	2.052	212	(48)	2.216
<b>Total</b>	<b>57.759</b>	<b>13.152</b>	<b>(10,375)</b>	<b>60.536</b>

	Consolidado			
	31/12/2024	Adições	Reversões	31/12/2025
Cíveis (a)	46.655	12.212	(7.016)	51.851
Regulatório - ANS (b)	8.831	8.252	(6.596)	10.487
Trabalhistas e previdenciárias (c)	3.035	526	(3.208)	353
Tributárias (d)	2.216	527	(1.678)	1.065
<b>Total</b>	<b>60.737</b>	<b>21.517</b>	<b>(18.498)</b>	<b>63.756</b>

	Consolidado			
	31/12/2023	Adições	Reversões	31/12/2024
Cíveis (a)	45.886	11.285	(10.516)	46.655
Regulatório - ANS (b)	9.031	1.275	(1.475)	8.831
Tributárias (d)	2.905	380	(250)	3.035
Trabalhistas e previdenciárias (c)	2.052	212	(48)	2.216
<b>Total</b>	<b>59.874</b>	<b>13.152</b>	<b>(12.289)</b>	<b>60.737</b>

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2025:

- a) A Companhia e sua controlada são parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$51.235

e R\$51.851 na controladora e consolidado, respectivamente (R\$46.654 e R\$46.655 em 31 de dezembro de 2024 na controladora e consolidado, respectivamente), estimado como provável desembolso de caixa, para os quais foi constituída provisão para contingências. Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, no montante de R\$ 96.620 e R\$ 106.160 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$14.787 e R\$14.819 em 31 de dezembro de 2024 na controladora e no consolidado), nenhuma provisão foi constituída. As principais causas versam sobre (i) percentual de reajuste aplicado aos contratos, sejam reajustes anuais ou por faixa etária; (ii) exigência de coberturas de procedimentos médicos não previstos no contrato de assistência à saúde coletiva por adesão ou no rol de procedimentos da ANS; (iii) pedidos de reativação de planos de saúde cancelados por falta de pagamento das mensalidades que se encontram em fase de discussão na esfera administrativa e/ou judicial; e (iv) questionamento por parte dos beneficiários devido à cobrança de mensalidades em atraso não quitadas e protestadas junto à empresa de proteção ao crédito referenciado de mercado.

- b) A Companhia é parte passiva em processos regulatórios da ANS, sendo o montante de R\$10.457 e R\$10.487 na controladora e consolidado, respectivamente (R\$8.831 em 31 de dezembro de 2024 na controladora e consolidado, respectivamente avaliado como perda provável, para os quais foi constituída provisão. Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, no montante de R\$14.850 e R\$14.930 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$3.595 em 31 de dezembro de 2024 na controladora e no consolidado), não foram constituídas provisões.
- c) A Companhia é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. As provisões para contingências constituídas para eventuais perdas decorrentes dos referidos processos totalizam o montante de R\$353 na controladora e consolidado, respectivamente (R\$3.035 em 31 de dezembro de 2024 na controladora e consolidado, respectivamente). Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, os quais totalizam R\$3.259 e R\$3.367 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$897 em 31 de dezembro de 2024 na controladora e consolidado), não foram constituídas provisões.
- d) A Companhia é parte passiva em processos tributários em andamento, sendo o montante de R\$ 573 e R\$1.065 na controladora e consolidado, respectivamente (R\$2.216 em 31 de dezembro de 2024 na controladora e no consolidado) avaliados como perda provável, para os quais foi constituída provisão.

#### Contingências tributárias sob autos de infrações classificadas como possível:

A Companhia e sua controlada possuem passivos contingentes de natureza tributária, cuja probabilidade de perda é considerada possível, razão pela qual nenhuma provisão foi constituída.

Esses passivos contingentes de natureza tributária, acrescidos de juros e atualização monetária, totalizam R\$ 1.484.572 e R\$1.485.814 na controladora e no consolidado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.387.146 em 31 de dezembro de 2024 na controladora e no consolidado, respectivamente), sendo os principais processos relativos a:

- a. O valor total de R\$576.309 (R\$530.763 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e no consolidado, refere-se a auto de infração envolvendo a amortização fiscal de ágio nos anos-calendários de 2012 a 2014. Esse auto de infração se encontra pendente de análise nas esferas administrativa e judicial, havendo decisões liminares proferidas pelo Poder Judiciário favoravelmente à Companhia;
- b. O valor total de R\$448.510 (R\$428.393 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e no consolidado, refere-se a autos de infração envolvendo a definição do local de recolhimento do ISS devido pela Companhia, exigência de TFE e imputação relativos aos anos de 2016 e 2018. A Companhia interpôs recurso em face dessas autuações, que atualmente se encontra pendente de julgamento na esfera administrativa;
- c. O valor total de R\$171.518 (R\$158.695 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e no consolidado, refere-se a auto de infração envolvendo a amortização fiscal de ágio no ano-calendário de 2011. Esse auto de infração se encontra pendente de análise nas esferas administrativa e judicial, havendo decisões liminares proferidas pelo Poder Judiciário favoravelmente à Companhia;
- d. O valor de R\$137.773 (R\$125.541 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e no consolidado, refere-se ao auto de infração envolvendo a amortização fiscal de ágio nos anos-calendário de 2016 a 2018. Esse auto de infração se encontra pendente de análise nas esferas administrativa e judicial, havendo decisões liminares proferidas pelo Poder Judiciário favoravelmente à Companhia;
- e. O valor de R\$96.749 (R\$89.940 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e no consolidado refere-se a processos

- envolvendo a definição do local de recolhimento do ISS devido;
- f. O valor total de R\$36.783 (R\$34.465 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e no consolidado refere-se a autos de infração lavrados contra a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. (sucédida pela Companhia) para a cobrança de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2013 e 2014. A legitimidade do auto de infração está sendo discutida na esfera administrativa;
  - g. O valor total de R\$10.194 (R\$9.378 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e no consolidado, refere-se a auto de infração lavrado contra a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. (sucédida pela Companhia) para a exigência de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") e de multa proporcional, relativos aos períodos de dezembro/2012 a dezembro/2014. A Companhia interpôs recurso na condição de sucessora por incorporação, pendente de julgamento na esfera administrativa;
  - h. O valor de R\$ 5.343 (R\$6.164 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e no consolidado, refere-se a autos de infração lavrados para exigência de contribuições previdenciárias (cota patronal e SAT/RAT), além de contribuições para outras entidades e fundos (SENAC, SESC, SEBRAE, INCRA e Salário-Educação), relativas ao mesmo ano-calendário de 2015, e relacionadas ao plano de *stock options*;
  - i. O valor total de R\$ 1.392 (R\$3.807 em 31 de dezembro de 2024) na controladora e no consolidado, refere-se a auto de infração lavrado contra a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. (sucédida pela Companhia) para a exigência de contribuições previdenciárias relativamente a distribuições de dividendos realizadas de 12/2012 a 12/2014. A Companhia interpôs recurso na condição de sucessora por incorporação, pendente de julgamento na esfera administrativa.

## 18 Patrimônio Líquido

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social da Companhia é de R\$ 314.006 representado por 496.715.989 ações ordinárias pertencentes ao Grupo Qualicorp.

### Distribuição de resultados e outras reservas de lucros

O dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, conforme estabelecido no estatuto social da Companhia.

A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como poderá efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou intermediários, podendo tais dividendos, serem imputados ao dividendo obrigatório.

A Administração da Companhia encaminhou para aprovação em Assembleia a seguinte proposta de destinação do resultado apurado no exercício findo em 31 de dezembro 2025:

<b>Destinação do lucro líquido</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Lucro líquido	28.487	13.340
Dividendos mínimo obrigatório	(285)	-
Juros sobre capital próprio	-	(21.324)
Compensação / (constituição) de reserva de lucro	(28.202)	7.894

## 19 Programa de Ações Restritas

O Grupo Qualicorp possui programa de outorga de ações restritas. São elegíveis a esses planos os administradores, empregados e prestadores de serviços. O plano é administrado pelo Conselho de Administração da controladora Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A, que tem poderes para tomar as medidas necessárias à sua manutenção, dentro das diretrizes aprovadas.

O saldo em 31 de dezembro de 2025 da quantidade de ações passíveis de serem outorgadas no âmbito do Plano de Ações Restritas da controladora Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A é o seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Programa de ações restritas	2.590.434	5.325.000

Em contrato celebrado em 9 de maio de 2019, o novo plano absorveu a outorga de 5.700.000 opções, nos termos do instrumento particular de entrega de ações ("Plano de entrega de ações restritas").

As principais características do novo plano são as seguintes:

- As ações restritas passarão a ser devidas aos participantes anualmente, ressalvado alguma deliberação diferente do Conselho de Administração, na proporção de 25% das ações, na data de cada aniversário de celebração do contrato;
- O total de ações destinadas ao programa não pode ultrapassar 4% do total de ações da Companhia, equivalentes a 11.287.073 ações em 31 de março de 2019, as quais podem ser exercidas mediante emissão de novas ações do capital social ou mediante alienação de ações mantidas em tesouraria.
- O prazo máximo para o exercício das opções outorgadas é até cinco anos contados da data da assinatura do contrato de opção.
- O preço de exercício das ações restritas será o preço de cotação de mercado de cada ação restrita na B3 no dia útil imediatamente anterior a respectiva data de outorga.

Em contratos celebrados em 11 de maio de 2023, foi constituída uma nova outorga de 4.700.000 de ações restritas aos membros da administração da Companhia, onde as ações restritas passarão a ser devidas aos participantes anualmente na proporção de 33% ao ano a contar da data da assinatura do contrato e o preço de exercício das ações restritas será o preço de cotação de mercado de cada ação restrita na B3 no dia útil imediatamente anterior a respectiva data de outorga.

Em contratos celebrados em 10 de maio de 2024 e 19 de junho de 2024, foram constituídas novas outorgas de 4.500.000 e 1.800.000 ações restritas, respectivamente, aos membros da administração da Companhia. Essas ações restritas serão devidas aos participantes anualmente, na proporção de 33% ao ano, a contar da data de assinatura dos contratos. O preço de exercício das ações restritas será o preço de cotação de mercado de cada ação restrita na B3, no dia útil imediatamente anterior à respectiva data de outorga.

Data da outorga	Valor justo na data da concessão	Data e validade	Quantidade de opções	Concedidas	Exercidas	Canceladas	Saldo
11/05/2023	4,3	11/05/2027	4.700.000	29.498	(1.125.000)	(2.825.000)	779.498
10/05/2024	1,7	10/05/2026	4.500.000	9.113	(3.000.000)	(301.823)	1.207.290
19/06/2024	1,4	19/06/2026	1.800.000	3.646	(1.200.000)	-	603.646
<b>Total</b>			<b>11.000.000</b>	<b>42.257</b>	<b>(5.325.000)</b>	<b>(3.126.823)</b>	<b>2.590.434</b>

Para 31 de dezembro de 2025, o período de duração contratual médio ponderado restante é de 249 dias (581 em 31 de dezembro de 2024).

Por meio de rateio de plano de ações restritas pactuado com a controladora Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A, no período findo em 31 de dezembro de 2025, foram alocadas despesas de apropriação de ações restritas outorgadas no patrimônio líquido Companhia, no montante total de R\$ 2.945

## 20 Despesas Por Natureza

A demonstração do resultado é apresentada por função, apresentamos a seguir o detalhamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde</b>				
Repasse financeiros de contratos de adesão (a)	(60.474)	(84.357)	(61.953)	(86.172)
Perdas operacionais (b)	(110.452)	(80.713)	(119.074)	(80.728)
Despesas judiciais	(2.001)	(2.384)	(2.741)	(470)
Aporte de sinistralidade	(516)	(813)	(9.163)	(13.049)
Outros custos de serviços prestados	(32)	(236)	(33)	(237)
<b>Total Outras despesas de Operações de Planos de Assistência à saúde</b>	<b>(173.475)</b>	<b>(168.503)</b>	<b>(192.964)</b>	<b>(180.656)</b>
<b>Despesas de comercialização</b>				
Comissão de terceiros	(6.369)	(14.155)	(13.406)	(19.609)
Comissão de terceiros (vitalício)	(9.412)	(13.245)	(10.879)	(15.095)
Provisão comissão	(159)	(74)	(351)	(395)
<b>Total de despesas de comercialização</b>	<b>(15.940)</b>	<b>(27.474)</b>	<b>(24.636)</b>	<b>(35.099)</b>
<b>Despesas Administrativas</b>				
Depreciações e amortizações (c)	(104.561)	(165.066)	(129.075)	(193.831)
Gastos com pessoal	(118.240)	(128.908)	(138.337)	(142.723)
Gastos com serviços de terceiros (d)	(71.168)	(101.814)	(77.500)	(105.552)
Processos Judiciais	(79.874)	(52.390)	(83.610)	(53.526)
Gastos com publicidade e propaganda	(4.044)	(4.534)	(5.112)	(5.237)
Gastos com localização e funcionamento	(4.533)	(4.199)	(5.801)	(5.501)
Auto de infração ANS	(2.624)	(2.853)	(2.684)	(2.901)
Outras despesas administrativas (e)	(17.268)	(14.128)	(18.780)	(15.152)
<b>Total de despesas administrativas</b>	<b>(402.312)</b>	<b>(473.892)</b>	<b>(460.899)</b>	<b>(524.423)</b>
<b>Total despesas por natureza</b>	<b>(591.727)</b>	<b>(669.869)</b>	<b>(678.499)</b>	<b>(740.178)</b>

- Referem-se aos custos relativos aos repasses financeiros incorridos nos convênios firmados com as entidades de classe para estipulação e comercialização dos planos coletivos por adesão.
- Trata-se das diferenças temporárias com seguradoras/operadoras derivadas do gerenciamento financeiro entre a relação de beneficiários constantes nos sistemas internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar.
- Refere-se, substancialmente, a amortização dos contratos de cessão de direitos e obrigações e rateio de comissões conforme nota explicativa nº 11.

- d) Refere-se, substancialmente, a serviços de "call center", consultoria, advogados, auditoria, "service desk" e logística.
- e) Refere-se, substancialmente, a despesas com correios, seguros, patrocínios, taxas e contribuições.

## 21 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas financeiras:</b>				
Rendimentos com aplicações financeiras	59.083	56.799	65.244	60.696
Juros e multa sobre recebimentos em atraso de contratos com risco de inadimplência (a)	23.093	19.043	26.866	22.807
Atualização monetária	1.934	191	1.934	191
Outras receitas	1.583	3.636	1.754	3.830
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>85.693</b>	<b>79.669</b>	<b>95.798</b>	<b>87.524</b>
<b>Despesas financeiras:</b>				
Rateio custos e juros sobre debêntures (b)	(157.047)	(156.590)	(157.047)	(156.590)
Descontos concedidos	(21.234)	(28.611)	(21.487)	(28.905)
Atualização monetários sobre opção de compra	(13.363)	(21.670)	(13.363)	(21.670)
Despesas bancárias	(3.891)	(5.824)	(4.278)	(6.118)
Outras despesas	(11.638)	(6.044)	(12.319)	(6.368)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(207.173)</b>	<b>(218.739)</b>	<b>(208.494)</b>	<b>(219.651)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(121.480)</b>	<b>(139.070)</b>	<b>(112.696)</b>	<b>(132.127)</b>

- a) Referem-se aos valores de juros e multas arrecadados pela Companhia e sua controlada nas operações de administração e estipulação de benefícios coletivos por adesão. Estes valores são recebidos dos beneficiários que efetuam a quitação de seus títulos após a data de vencimento.
- b) Rateio de juros das debêntures entre a Companhia e sua investidora conforme nota explicativa de nº 11.

## 22 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com tributos incidentes são demonstradas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e antes das participações</b>	<b>54.681</b>	<b>(5.553)</b>	<b>72.217</b>	<b>5.773</b>
Participação sobre o lucro	(664)	(824)	(664)	(824)
Equivalência patrimonial	(10.147)	(11.347)	(2.000)	-
<b>Subtotal</b>	<b>43.870</b>	<b>(17.724)</b>	<b>69.553</b>	<b>4.949</b>
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
<b>Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente</b>	<b>(14.916)</b>	<b>6.026</b>	<b>(23.648)</b>	<b>(1.683)</b>
Despesas não dedutíveis	(1.221)	(915)	(1.396)	(985)
Perdas com Créditos Incobráveis	412	1.268	203	1.268
Juros sobre Capital Próprio	-	7.250	-	7.250
Recuperação de Perdas	-	-	-	(391)
Outros	(9.805)	6.178	(15.184)	7.129
<b>Total das despesas/créditos de IRPJ/CSLL</b>	<b>(25.530)</b>	<b>19.807</b>	<b>(40.025)</b>	<b>12.588</b>
<b>Taxa efetiva da despesa de IRPJ/CSLL (%)</b>	<b>58,19%</b>	<b>(111,75%)</b>	<b>57,55%</b>	<b>(254,35%)</b>

## 23 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui os seguintes compromissos relevantes:

- a) Compromissos para prestação de serviços de "call center" assumidos de R\$11.821 para o ano de 2026. As despesas incorridas com esses contratos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$11.185 (R\$18.016 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

## 24 Seguros

A Companhia e sua controlada mantêm seguros sobre seus bens para a cobertura de eventuais perdas os quais são considerados suficientes pela Administração, como segue:

Itens	Tipo de cobertura	31/12/2025	31/12/2024
Garantia de débitos de natureza tributária, cível e trabalhista	Garantia de crédito tributário – Órgão Público	1.596.799	2.019.272
Veículos	Perdas e danos ou reparações pecuniárias	214	224

## 25 Conciliação do Lucro Líquido e Caixa Operacional

Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Lucro líquido antes do imposto de renda, da contribuição social e participações sobre o lucro	54.017	(6.377)	71.553	4.950
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	104.561	165.066	129.075	193.831
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	7
Equivalência patrimonial	(10.147)	(11.347)	(2.000)	-
Ações restritas	3.340	6.463	3.340	6.463
Baixa de arrendamento	-	-	149	-
Resultado financeiro	2.028	1.899	2.090	845
Provisão (reversão) para riscos	2.082	2.777	3.020	858
	<b>155.881</b>	<b>158.481</b>	<b>207.227</b>	<b>206.954</b>
<b>Varição dos ativos e passivos operacionais:</b>				
Aumento (redução) de créditos de operações com planos de assistência à saúde	14.325	(1.867)	14.299	46.677
Aumento (redução) de outros créditos de operações de assistência à saúde	2.354	(94)	2.354	(94)
(Redução) de aumento de tributos e encargos sociais a recolher	(1.300)	409	(1.901)	(674)
(Redução) de provisão para IR e CSLL	(89)	-	(2.225)	(619)
(Redução) de débitos de operações de administração de benefícios	(59.618)	(27.264)	(37.213)	(27.264)
Aumento (redução) de contraprestações / prêmios a restituir	(3.022)	(22.724)	(2.862)	(22.641)
(Aumento) de redução de despesas antecipadas	(3.822)	(821)	(3.761)	182
Redução de bens e títulos a receber	35.865	70.608	30.831	52.881
Aumento de comercialização sobre operações	74	459	281	818
Redução (aumento) de débitos diversos	157.621	(56.254)	143.710	(63.570)
(Aumento) redução de depósitos judiciais	(6.496)	(3.696)	(5.825)	(4.061)
(Redução) aumento de receita antecipada de contraprestações / prêmios	(14.259)	1.054	(14.229)	(3.961)
Redução de títulos e créditos a receber	-	-	-	8.389
(Aumento) redução de outros créditos a receber a longo prazo	(13.410)	3.015	(13.410)	3.015
Redução de créditos tributários e previdenciários	13.224	26.960	13.722	28.359
(Redução) aumento de outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	(2.086)	144	(2.086)	(49.693)
(Aumento) redução de aplicações financeiras	(179.173)	95.709	(176.965)	80.331
<b>Caixa proveniente das (utilizado nas) operações</b>	<b>96.069</b>	<b>244.119</b>	<b>151.947</b>	<b>255.029</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.132)	(4.521)	(12.192)	(12.474)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>90.937</b>	<b>239.598</b>	<b>139.755</b>	<b>242.555</b>

*26 Aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2026.

---

**Mauricio da Silva Lopes**  
**Diretor Presidente**

**Eduardo de Oliveira**  
**Diretor Vice-Presidente**

**Eder da Silva Grande**  
**Diretor Financeiro**

**Gianfranco Lucchesi**  
**Diretor**

Patricia Hirano Diz  
Contadora - CRC. 1SP265232/O-9

---